

Eixo Temático ET 07-002 - Educação Ambiental

**ESTUDO SOBRE OS ATRIBUTOS ECOLÓGICOS, SOCIOAMBIENTAIS
E SALUTOGÊNICOS DAS ÁREAS VERDES URBANAS, COM ENFOQUE
NAS PRAÇAS PÚBLICAS**Joyce Moreira Lopes de Sousa¹, Bruno Lima de Oliveira²,
Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa³¹Graduanda do Curso de Biomedicina-UFPB. E-mail: joyce.lopes.9547@gmail.com.²Graduando do Curso Engenharia Ambiental-UFPB. E-mail: limabruno0202@gmail.com.³Professora do DSE/CCEN/UFPB. E-mail: arisdelfeitosa@gmail.com.**RESUMO**

A praça pública em ambientes urbanos é um espaço excepcional nas suas mais diferentes perspectivas, local onde ocorrem as relações sociais e interpessoais cotidianamente. Sua importância vem sendo compreendida desde a antiguidade. Os espaços urbanos ocupados por praças proporcionam ao ambiente e à população diversas funções e benefícios colaborando para o bem-estar físico, psíquico e social dos seres humanos. Constituem função ecológica, paisagística e recreativa, e detém valioso potencial educativo à medida que os conhecimentos são explorados de acordo com as necessidades indicadas por diferentes áreas do saber e no desenvolvimento socioambiental da população urbana. O presente artigo empenha-se em realçar as funções atribuídas às praças, e a forma pela qual estes espaços poderão ser aproveitados para aplicabilidade da educação ambiental formal e não formal vinculada à promoção da saúde e benfeitoria a qualidade de vida. Espera-se, por meio de atividades lúdicas e complementares integrativas, motivar o desenvolvimento de uma relação harmoniosa entre o indivíduo e o meio ambiente, concedendo o bem estar e saúde a população urbana.

Palavras-chave: Praças urbanas; Promoção à saúde; Educação ambiental.**INTRODUÇÃO**

Praça é um local na cidade onde ocorrem as relações sociais e interpessoais cotidianamente. Consiste em um espaço excepcional nas suas mais diferentes perspectivas. Sua importância vem sendo compreendida desde a Antiguidade, pois, pertencer à cidade, ser cidadão, era habitar os lugares de reunião, era compartilhar o culto, participar das assembleias, assistir às festas, acompanhar as procissões, vivenciar os espaços, participando da vida pública. A praça simbolizava a própria cidade, pois era nesse espaço que as atividades cotidianas se desenvolviam e era o espaço onde se disseminava o conhecimento e a cultura (COULANGES, 1975, p. 106)

Ao longo da história a praça adquiriu variáveis definições, funcionais ou morfológicas (por representar vazios nas malhas urbanas), remetendo simplificada às confluências sociais. Para melhor compreensão faz-se necessário entender a transformação da organização espacial, planejamento urbano a partir do próprio desenvolvimento da cidade e os termos referidos para conceituar esse ambiente, também classificado como ambiente artificial. Destacam-se os fins previstos para meio ambiente artificial como o espaço urbano construído, constituído pelo conjunto de edificações e pelos equipamentos públicos. Encontra-se na previsão constitucional principalmente no art. 182, que trata da Política Urbana; no plano infraconstitucional, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). A praça é construída com base no interesse público. Logo, há de se observar que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impondo-se ao Poder Público e à coletividade e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futura geração (BRASIL, 1988).

O ambiente artificial provém atributos indispensáveis para o bem coletivo, sejam eles sociais, estéticos, educativos, ecológicos e até mesmo psicológicos. Quanto aos atributos sociais, denota-se a importância da convivência da comunidade. Segundo a autora Vanessa Denardin (2011, pg.01): "O homem moderno revela-se cada vez mais carecido em retomar valores da natureza e/ou apreciar uma paisagem cênica, ao mesmo tempo em que sente a necessidade de relacionar-se com outro indivíduo". Esses espaços em comum permitem a sociabilização e integração da população, buscando aprimorar o senso comunitário. Já as funções estéticas corroboram para a visão harmoniosa da arquitetura com as áreas verdes, garantindo a ótica paisagística que enriquece o ambiente urbano.

As funções psicológicas partem do pressuposto social em que o indivíduo separado da coletividade extenua-se, tornando-se suscetível às enfermidades da mente, do corpo e do espírito. Ao fato que a condição de saúde do indivíduo amplia-se a um conceito complexo, multidimensional e transmutado, ou seja, o bem estar, demandado de benevolente estado físico, mental e social, não se restringindo a ausência da doença, todavia aos fatores externos ou biológicos.

As funções educativas podem ser compreendidas em sua totalidade, pois essa participa da conjectura tanto social, estética, ecológica quanto psicológica, com intenção de propagar elementos fundamentais para otimização do cidadão. Por meio da educação todas as utilidades discutidas serão disseminadas, quando aplicadas a partir de atividades integrativas pedagógicas formais ou não formais, conscientização popular, campanhas de saúde, e ações culturais.

Sob o ponto de vista ecológico, as praças públicas representam um importante espaço com presença de vegetação nas cidades. As praças conferem função ecológica e contribuinte para comodidade térmica das localidades urbanas, caucionando melhoria da qualidade do ar, garantia da biodiversidade e, ainda, um ambiente com propensão para receber espécies da fauna e da flora (CARMO, 2017).

As praças exercem colocação de espaços não formais para educação, ao serem identificadas como ambientes livres, sem a junção de paredes, ou elementos que constituem recintos fechados, contrapondo-se a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual a escola, com todas as suas dependências: salas de aula, laboratórios, quadras de esportes, biblioteca, pátio, cantina, refeitório conferem a definição de espaço formal. Todavia, distingue-se que todos os espaços que se dedicam à realização plena da educação em todas as suas formas podem ser chamados de espaços educadores, justifica-se então:

Um espaço educador é aquele que concretiza situações de ensino-aprendizagem intencionalmente, ou seja, espaços que assumem a responsabilidade de educar (BORGES, 2011, p.13).

OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo analisar os atributos ecológicos, socioambientais e salutogênicos das áreas verdes urbanas com enfoque nas praças públicas, a fim de desenvolver processos de educabilidade ambiental para a educação formal e não formal. De modo específico, buscamos também: Definir alguns atributos relacionados aos espaços verdes e propor a educação ambiental para a promoção da saúde, estabelecendo viés de conexão de modo que as plataformas pedagógicas sejam aplicadas aos indivíduos frequentadores do ambiente artificial; Evidenciar mecanismos sugestivos que viabilizem os benefícios físicos, psicológicos e socioambientais para o uso das praças e disseminação da educação ecossistêmica vinculada a promoção da saúde mental e física; Empregar às Práticas Integrativas Complementares (Pics) no qual segundo o Ministério da Saúde são utilizadas como recursos terapêuticos baseado em conhecimentos

tradicionais. Dessa forma o indivíduo poderá associar-se ao meio ambiente por meio da diligência com a saúde da mente, corpo e espírito.

METODOLOGIA

Este trabalho está, em execução, tem período de realização entre os meses julho/2019-Julho/2020. Discorre sobre a efetividade de plataformas pedagógicas e sua potencialidade na produção do conhecimento formal e não formal nas praças. Com o intuito de aproximar a população urbana de um ambiente que explana serviços ecossistêmicos habilitados, almeja-se adotar medidas que favoreçam o desenvolvimento social concatenado as relações interpessoais.

Como forma de conceitualizar a relação de educação ambiental e saúde ao uso das praças evidencia-se como indispensável, compreender, desenvolver e empregar atividades que corroborem para articulação do bem comum da população urbana. Para isso estão sendo realizadas visitas nas quais os registros em fotografias serão efetuados, e por meio de diálogos informais consistirá a identificação dos atributos relativos ao contato indivíduo- áreas verdes urbanas, áreas verdes urbanas - corpo social e corpo social- salutogênese. Desse modo agrega-se conceitos e valores ao limiar do conhecimento geral do cidadão, assimilando a magnitude de viver em sociedade associada ao meio ecológico e consequentemente distinguir o influxo a saúde, ou seja, quando separado da coletividade o sujeito debilita-se, tornando suscetível às enfermidades do corpo, mente e espírito.

A aplicabilidade de atividades lúdicas em processos pedagógicos nas praças contribuirão para disseminação de maior entendimento e conscientização referente ao cuidado e aproximação com meio ambiente, além de conceder também integralidade com o meio artificial urbano e o cidadão, procurando correlacioná-los e assimilá-los a um espaço singular, permitindo uma espécie de ligação com seu próprio eu, exemplificado pela autoavaliação, autocuidado, harmonização e maior sociabilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espaços verdes urbanos - atributos ecossistêmicos promotores de saúde

Salutogênese expressa promoção à qualidade de vida procedente da busca às razões de viver saudavelmente. Seus benefícios a população urbana simbolizam ascensão do bem estar atrelada aos âmbitos emocionais, físicos, espirituais, sociais e ambientais.

Os espaços verdes urbanos, a exemplo das praças públicas, proporcionam bem estar e merece ser aproveitado com conhecimentos e orientações à preservação. Incorporado aos direitos humanos, e do meio ambiente ecologicamente equilibrado, vê-se como fundamental e indissociável à qualidade de vida, a circunspeção do sujeito quanto ao ambiente artificial. Contudo, a maioria da população, considerada desprovida de conhecimentos básicos oriundos de informações no quais poderiam reduzir ou solucionar os problemas do meio ambiente, simplificada ao ato de cuidar dos recursos ambientais disponíveis nos espaços urbanos, negligência seu papel como agente universal. Tal cenário é o que leva a necessidade de estudos que proporcionem o desenvolvimento do conhecimento que supra e preencha as lacunas que faltam para avançar no que diz respeito à preservação e conservação do meio ambiente. De acordo com Giongo, (2010, pg.75):

A reflexão de uma consciência ético-social no que tange à degradação do meio ambiente em que se vive como forma de não violação aos direitos humanos. A emergência dos perigos ecológicos, caracteristicamente novos e problemáticos, antecipa a ameaça de autodestruição da sociedade e conduz à urgente necessidade de reação a essa agressão.

Por meio dessa observação o levantamento dos atributos versa acerca dos potenciais socioambientais, ecossistêmicos e salutogênicos. Apesar da escassez de estudos que abordam a importância das atividades ambientais na qualidade e manutenção da vida dos seres vivos, investiga-se a primordialidade de incumbências de provisão, de regulação, cultural, e de suporte capazes de indicar outras formas de interações ambientais. Estes conhecimentos, inseridos em processos educativos formais e não formais levam as pessoas a compreenderem o sentido da preservação e da implementação de infraestrutura verde urbana e de perceberem os benefícios que as áreas urbanas preservadas são capazes de proporcionar para a saúde física e mental.

A arborização das cidades reflete conceitos de difícil mensuração, como o bem-estar da população, o significado histórico e cultural e os aspectos psicológicos da comunhão do ser humano com a natureza. Contudo, alguns aspectos podem ser quantificados, avaliados e monitorados, caracterizando benefícios, como: a estabilização e melhoria microclimática, a redução da poluição atmosférica e sonora, melhoria estética das cidades, ação sobre a saúde humana, além de benefícios sociais, econômicos e políticos (MILANO; DALCIN, 2000).

As praças e seus benefícios à qualidade de vida da população

O bem-estar advém devido as praças possibilitarem a interação entre os indivíduos; aperfeiçoar a qualidade de vida através da oportunidade de realizar atividades físicas; atribui-se também despreziosamente estabelecer a oportunidade de um maior contato com espaço aberto, ao ar livre e verde, favorecendo o relaxamento e contemplação (CARMO, 2017). O ambiente artificial desempenha papel fundamental na busca pelo equilíbrio do ser, do sujeito correferido a natureza, ao corpo social e especialmente aos benefícios salutogênicos. Dessa forma, se evidencia a ecologia representada, em resumo, pelo marco global para um renovado ângulo quanto as relações entre o homem e sua adjacência, redundando em uso racional, e na alteração do crescimento desmedido, pelo uso equilibrado da natureza (GIONGO, 2010, p. 75-100).

As praças estabelecem benefícios relevantes nos quais abrangem serviços ecossistêmicos, influentes na promoção da saúde, no desenvolvimento de melhorias que muitas vezes são consequentes da simples razão de existirem. Essas benfeitorias poderão ser disponibilizadas através de modelos como a Praça da Independência, situada na cidade de João Pessoa (PB), sendo, portanto, capaz de oferecer local de contemplação da fauna e a flora, com suas vegetações raras (pau-brasil, ipê, abricó-de-macaco), colaborando para o bem em comum do homem enquanto sujeito, e natureza como determinante socioambiental. Destaca-se também pela sua eficiência em permitir arborização das vias públicas, adequando-se como filtro para atenuar ruídos, retenção de pó, reoxigenação do ar, além de oferecer sombra e sensação de frescor.

Nessa localidade unificada entre meio ambiente e meio urbano obtém-se em sua maioria acessos para caminhadas, corridas, gramado amplo para execução de piqueniques, rodas de conversas, meditação entre outros ofícios.

Desse modo, buscam-se ressaltar indícios dessa conectividade entre fatores ecológico-ambiental, biológico (estético, visual e saúde física) e psicológico (lazer, recreação, social e saúde mental) no qual agregam diretamente à qualidade de vida (SCHEUER, 2016).

Processos educativos em estudos nas praças – indicadores para roteiros pedagógicos

A educação ambiental pode ser vista como mediadora para a construção de princípios educacionais, e difusora de conhecimento essencialmente pelo repertório histórico que abrange desde os primórdios. Seu potencial educativo reflete no espaço ao qual está inserida e nos serviços que desempenha na esfera cidadina. “Os espaços educadores dialogam com a realidade dos compreendedores, e se constituem em referências de seus valores para a comunidade” (BORGES, 2011, p.13).

Um dos sinalizadores fundamentais para o desenvolvimento da didática é o seu valor cultural, artístico e científico. Por meio desses principais fatores poderão ser destacados o planejamento de uma cidade em detrimento de sua arquitetura, e apreciação cultural através da arte propriamente dita. Dois paradigmas interessantes que ratificam esses levantamentos são: as

praças da Independência (que já fora citada anteriormente) e a Praça da Paz, também identificada na cidade de João Pessoa (PB). Suas disposições espaciais e individualidades poderão fornecer atributos relativos às interações sociais, amplificando a educação socioambiental. Uma vez que a Praça da Independência garantirá elucidações históricas por meio do Coreto e o Obelisco, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1980. Já a Praça da Paz, por intermédio de seus atrativos circunjacentes (shopping center, restaurantes, bares, lojas, edifícios empresariais e diversos espaços residenciais), contribuirá como espaço de acolhimento, relaxamento dissipação de orientações a saúde, sobretudo pelas propriedades que propicia como por exemplo: pista de skate, academia de ginástica, espaço com barras para musculação, playground, quiosques e pista de Cooper.

Estes ambientes podem vir a se tornar um ótimo agente transformador de hábitos e ideias, colaborando exponencialmente para o avanço da conscientização ambiental da sociedade, através da implantação de pequenos planos, projetos e exercícios empregados (AMARAL; SANTOS, 2017). Torna-se possível o curso didático por o conhecimento e cultivo de suas riquezas, então principiando a peculiaridade da praça e os seus benefícios a qualidade de vida, a ciência do saber, seja ela formal ou não formal.

Práticas integrativas complementares (pics) em favor da saúde da mente, corpo e espírito

Um ambiente/organismo equilibrado tende a ser mais saudável quando condicionado à harmonia dos fatores que englobam a sociedade como um todo, como por exemplo; fatores ambientais, biológicos, psicológicos e sociais. Esses elementos agregam-se e são capazes de determinar a aquisição da vitalidade do indivíduo. Contudo, em detrimento ao crescimento urbano/aglomeração populacional, mudanças nas condições de vida da classe trabalhadora, redução dos espaços físicos e sociais adequados, simultâneo a vida corriqueira do sujeito, assistiu-se a exploração do homem moderno, subordinado aos sofrimentos psicológicos e comportamentais: irritabilidade/estresse, ansiedade. Desse modo, notou-se o distanciamento entre o ser social e o ambiente natural intensificando cada vez mais a quantidade de enfermidades comprometedoras da mente, do corpo e espírito.

As práticas integrativas complementares, segundo o Sistema Único de Saúde (SUS), estão relacionadas aos recursos terapêuticos tradicionais, vinculados à salutogênese, ou seja, procura reabilitar a saúde e até mesmo tratar adoecimentos como depressão e hipertensão, através do exercícios de atividades complementares, que poderão estar associadas aos serviços ecossistêmicos dos ambientes artificiais urbanos - praças. São eles: aromaterapia, arteterapia, biodança, meditação entre outros. Essa abordagem da medicina moderna refere-se ao processo saúde doença e a promoção universal da qualidade de vida. Tais sistemas e recursos conglomeram questionamentos que procuram encorajar mecanismos naturais de diligências e recuperação da saúde através de tecnologias aprimoradas, e sim proceder com destaque no acolhimento e desenvolvimento do vínculo terapêutico e integral do indivíduo consigo, com o meio ambiente e com a sociedade.

O homem moderno apresenta-se cada vez mais destituído dos valores naturais, e distingue-se da necessidade do relacionamento social- ecológico-biológico. Procura-se então admitir essa concepção por meio do rastreamento de uma organização material fomentada nas próprias atividades complementares integrativas (PICS), consolidada do Universo. Desse modo destaca o autor TELES JUNIOR (2016, pg. 103).

Apesar de trabalharem com paradigmas médicos distintos, orientados por cosmologias conflitantes, as racionalidades médicas oriental e científica têm alguns pontos de confluência. Percebe-se que tanto a medicina ocidental quanto a oriental compartilham o mesmo objeto, o ser humano doente, além de visarem ao mesmo objetivo de cura do indivíduo, restabelecendo-lhe a saúde, ou, até mesmo, buscando expandi-la. Além disso, baseiam-se na mesma cosmologia integradora

da natureza e do ser humano e, em relação à intimidade humana, defendem o equilíbrio fisiológico, psicológico e postural. O meio ambiente, natural e social, bem como as circunstâncias do processo de adoecimento têm, para ambas, grande importância no estabelecimento de diagnósticos (TELESI JUNIOR, 2016).

CONCLUSÕES

Ao analisar o tema “Praças” como espaço que irradia a intencionalidade educativa, certifica-se de sua utilização como instrumento de aquisição designada como estratégia pedagógica direcionada a uma reflexão sistêmica e holística da relação ser humano e natureza (AMARAL; SANTOS, 2017).

Os espaços verdes, reconhecidamente representam um campo fértil à educação ambiental capaz de promover o bem estar à população local e aos visitantes. Processos pedagógicos interativos constituem as estratégias necessárias ao desenvolvimento de programas educativos nestas áreas urbanas.

O desenvolvimento de práticas integrativas favorecerá o bem estar físico, mental e emocional da população frequentadora das praças.

Reitera-se ainda sua representatividade no contexto atual da sociedade, e sua influência nas organizações e relações sociais, demandando de um ambiente artificial que se entrelaça a todas estruturas e esferas gerais, corroborando para o desenvolvimento do bem comum. Além do mais interpreta-se o progresso para a prática da educação integrada a cidadania articulada a democracia, e essencialmente a implementação da mudança na forma de pensar refletida na transformação no modo de agir.

REFERÊNCIAS

AMARAL. G. B., SANTOS, R. Mi. **O potencial educativo das praças como espaço educador sustentável**. Mato Grosso do Sul: Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 13, n.02, 2017. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/viewFile/1555/1556>. Acesso em: 14 out. 2019.

BORGES, C. O que são Espaços Educadores Sustentáveis. **Espaços Educadores Sustentáveis**. TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO, Ano 21, Boletim 7, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Práticas integrativas e complementares em saúde-PICS**. Brasília: MS, 2000.

CALDEIRA. M. J. **A praça brasileira trajetória de um espaço urbano: origem modernidade**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2007. Tese (Doutorado em História).

CARMO. W. **Praças Públicas: Atributos socioambientais, proteção legal e cidadania**. Rio de Janeiro: Empório do Direito, 2017.

DENARDIN. V. C. C; SILVA. A. P. Praças urbanas como espaço para o turismo e lazer: um estudo preliminar na Praça General Osório na Cidade de Santa Maria/RS. Anais do II Encontro Semintur Jr. Mestrado em Turismo da UCS, Planejamento e Políticas Públicas, Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/06_pracas_urbanas.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

DINARDI, A. J.; FEIFFER, A. H. S.; FELIPPELLI, H. E. F. O uso de praças públicas como espaço não formal de educação. **Revista Educação Cultural e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 311-326, 2018.

GIONGO, R. L. P. Direito ao meio ambiente e qualidade de vida: reflexões para uma sociedade humana e ecologicamente viável. **Veredas do Direito**, v. 7, n. 13/14, p. 75-100, 2010.

JACOBUECCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, v. 7, 2008.

KAZTMAN, R.; RIBEIRO, L. C. Q. **Metrópoles e Sociabilidade**: reflexões sobre os impactos das transformações sócio territoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina. iFHC/CIEPLAN. 2008. São Paulo, Brasil, e Santiago de Chile. Disponível em <<https://fundacaofhc.org.br/files/papers/423.pdf>> Acesso em: 13 out. 2019.

MILANO M.; DALCIN, E. **Arborização de Vias Públicas**. Rio de Janeiro: Light 2000.

SALES, F. A. A natureza jurídica da praça à luz da ordem constitucional e sua submissão ao Estatuto da Cidade. **Revista Jus Navigandi**, ano 12, n. 1376, 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9710>>. Acesso em: 11 out. 2019.

SANTOS, R. N. **A dinâmica da praça Olavo Bilac no contexto da cidade de Belém**. 2011. 118f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, 2011.

SCHEUER, J. M. Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 11, n. 5, 2016.

TELESI JUNIOR, E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. **Estud. av.**, v. 30, n. 86, p. 99-112, 2016.